

de Gerenciamento de Obras; quatro cargos de Coordenador, padrão GEP-DAS-011.4, sendo um de Coordenador de Estudos e Projetos, um de Coordenador de Avaliação e Perícia, um de Coordenador de Orçamentos e Custos, e um de Coordenador de Planejamento e Controle de Obras; um cargo de Secretário de Conselho, padrão GEP-DAS-011.2; dois cargos de Secretário de Gabinete, padrão GEP-DAS-011.2; e dois cargos de Secretário de Diretoria, padrão GEP-DAS-011.1, que passam a integrar o Anexo III da Lei nº 6.213, de 28 de abril de 1999;

II - extintos: três cargos de Gerente, padrão GEP-DAS-011.4, previstos no Anexo III da Lei nº 6.213, de 28 de abril de 1999.

Art. 42. Os cargos de Secretário Adjunto e de Gerente criados pela Lei nº 6.213, de 28 de abril de 1999, passam a denominar-se, respectivamente, Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano e Coordenador, mantido o mesmo padrão remuneratório.

CAPÍTULO XII

DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Art. 43. O art. 7º da Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, que cria o Sistema Estadual de Gestão do Turismo e a Secretaria de Estado de Turismo, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Fica criada a Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, órgão da administração direta, que tem como finalidade planejar, coordenar, gerenciar e executar a política de desenvolvimento turístico no Estado do Pará."

Art. 44. Ficam acrescidos ao art. 8º da Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, os incisos IX e X, com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

(...)

IX - estimular e promover a cadeia produtiva de turismo, organizando produtos e destinos turísticos orientados ao mercado;

X - desenvolver o marketing turístico, as estratégias de comunicação do Pará e a promoção do turismo local, no Brasil e no exterior."

Art. 45. Ficam criados, no quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, um cargo de provimento em comissão de Coordenador de Marketing, padrão GEP-DAS-011.4 e dois cargos de provimento em comissão de Gerente, padrão GEP-DAS-011.3, sendo um de Promoção e Captação de Eventos e um de Inteligência de Mercado, que passam a integrar o Anexo III da Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011.

Art. 46. Fica alterada a denominação de um cargo de Coordenador de Planejamento das Políticas Públicas para Turismo, previsto no Anexo III da Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, para Coordenador de Estudos, Pesquisas, Estatística e Informação, mantido o mesmo padrão remuneratório.

CAPÍTULO XIII

DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Art. 47. Os arts. 1º e 3º, da Lei nº 7.028, de 30 de julho de 2007, que cria a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - SEDES, cuja denominação foi alterada pelo art. 6º da Lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011, para Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, tem por missão institucional promover com qualidade e efetividade o desenvolvimento social, garantindo aos cidadãos, especialmente aos dos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, à promoção do trabalho, geração de emprego e renda."

"Art. 3º (...)

I - Conselho Estadual de Assistência Social;

II - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

III - Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;

V - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

VI - Secretário de Estado;

VII - Gabinete do Secretário;

VIII - Núcleos

IX - Ouvidoria

X - Diretorias;

XI - Coordenadorias;

XII - Gerências;

XIII - Núcleos Regionais.

§ 1º A organização, o funcionamento e o detalhamento das competências das unidades administrativas, assim como as atribuições dos cargos e as responsabilidades dos dirigentes e servidores serão regulamentados em Regimento Interno, a ser aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os Núcleos Regionais são unidades diretamente subordinadas ao Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, que atuarão de forma articulada aos Centros Regionais de Governo."

(...)

Art. 48. Ficam inseridos à Lei nº 7.028, de 30 de julho de 2007, os incisos XI, XII, XIII, XIV e XV ao art. 2º; o CAPÍTULO III-A

e seu art. 3º-A; as Seções VI e VII e os arts. 8º-A e 8º-B ao CAPÍTULO IV, com as seguintes redações:

"Art. 2º (...)

(...)

XI - formular, coordenar, executar e avaliar a Política Estadual de Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda do Estado;

XII - estabelecer diretrizes para a política governamental nas áreas de geração de emprego e de renda;

XIII - fomentar a geração de emprego e de renda no âmbito estadual, visando garantir consistência e amplitude à Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda;

XIV - promover e supervisionar o processo de qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores, sob a responsabilidade do Governo do Estado do Pará;

XV - apoiar, organizar e fomentar as iniciativas de produção familiar, comunitária, às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão."

"CAPÍTULO III-A

DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO COLEGIADA

"Art. 3-A São órgãos de atuação colegiada da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, os seguintes Conselhos:

I - Conselho Estadual de Assistência Social, criado pela Lei nº 5.940, de 15 de janeiro de 1996, com as seguintes competências:

a) aprovar a Política Estadual de Assistência Social, em consonância com as diretrizes e princípios previstos nesta Lei;

b) aprovar e definir as prioridades de aplicação e execução dos programas e projetos estaduais de Assistência Social;

c) estabelecer critérios, formas e meios de controle da Assistência Social no Estado;

d) definir, junto ao Poder Executivo Estadual, a dotação orçamentária a ser destinada à execução da Política Estadual de Assistência Social;

e) zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;

f) manter permanente entendimento com os poderes constituídos e o Ministério Público, propondo, se necessário, alterações na legislação em vigor;

g) acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

h) normatizar supletivamente sobre a matéria de competência do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em caso de omissão sobre determinada previsão;

i) estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Estadual de Assistência Social;

j) convocar, a cada dois anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Estadual de Assistência Social, propondo diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

k) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

l) divulgar no Diário Oficial do Estado todas as suas deliberações, bem como os eventos do Fundo Estadual de Assistência Social e os respectivos pareceres emitidos.

II - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pelo Decreto nº 391, de 11 de setembro de 2003 e alterado pelo Decreto nº 929, de 24 de abril de 2008, com as competências de propor e opinar sobre:

a) as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

b) os projetos e as ações inerentes à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

c) as formas de articulação e mobilização da sociedade civil organizada, com vistas aos objetivos da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) a realização de estudos que fundamentem propostas de ações relacionadas com a segurança alimentar e nutricional.

III - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 5.819, de 11 de fevereiro de 1994, com as seguintes competências:

a) formular a política estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo diretrizes e fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e aplicação de recursos e zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes;

b) manter permanente entendimento com os Poderes Legislativo e Judiciário, propondo, inclusive, se necessário, alterações na legislação em vigor, nos critérios adotados para o Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) estabelecer critérios, formas e meios de controle de tudo quanto se execute no Estado, que possa afetar suas deliberações, encaminhando as irregularidades encontradas ao Ministério Público;

d) definir, com o Poder Executivo Estadual, a dotação orçamentária a ser destinada à execução da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e os recursos a serem repassados aos fundos municipais;

e) gerir o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive definindo a política de captação de recursos, alocando recursos a projetos/atividades estaduais apresentadas por

órgãos governamentais e não governamentais;

f) difundir e divulgar, amplamente, a Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

g) promover e incentivar campanhas promocionais e de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;

h) propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos estaduais, visando facilitar a implementação dos objetivos da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

i) estimular a celebração de convênios intermunicipais que viabilizem a execução de medidas socioeducativas de interesses regionais;

j) elaborar e aprovar o regimento interno, estabelecendo normas para o seu funcionamento.

IV - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, criado pela Lei nº 6.634, de 29 de março de 2004, com as seguintes competências:

a) fomentar ação integrada e articulada com o conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos, buscando a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, proporcionando sua integração à comunidade;

b) prestar assessoria ao Poder Executivo, encaminhando pareceres, acompanhando a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito estadual, bem como opinar sobre as questões referentes à pessoa idosa;

c) apoiar e estimular estudos, pesquisas, levantamentos e publicações que ampliem os conhecimentos biopsicossocial dos aspectos do envelhecimento;

d) estimular e apoiar a criação de centros de referência à pessoa idosa;

e) apoiar campanhas educativas junto aos meios de comunicação de massa que permitam a divulgação de informações sobre os aspectos biopsicossocial do envelhecimento;

f) estimular, no âmbito estadual, a criação de um banco de dados que permita a divulgação da política dos serviços, dos planos e programas em nível de governo;

g) fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação da Política Estadual da Pessoa Idosa;

h) sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as pessoas idosas;

i) sugerir a adoção de providências legislativas que visem eliminar a discriminação da pessoa idosa, encaminhando-as ao Poder Público competente;

j) propor intercâmbios, convênios ou outras formas de parcerias com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento das políticas públicas de interesse da pessoa idosa;

k) manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de pessoas idosas, garantindo suas atividades sem interferir em seu conteúdo e orientação próprios;

l) receber, analisar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a pessoa idosa, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

m) estimular a criação de conselhos municipais de direitos da pessoa idosa;

n) propiciar assessoramento aos conselhos municipais do Estado do Pará no sentido de tornar efetiva a aplicação dos direitos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro 1994;

o) estabelecer parceria com o Ministério Público Estadual a fim de atuar, sempre que necessário, para defender os direitos da pessoa idosa.

V - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, criado pela Lei nº 7.204, de 23 de setembro de 2008, com as seguintes competências:

a) zelar pela efetiva implantação e implementação do sistema descentralizado e participativo de defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

b) formular diretrizes e propor planos, programas, projetos, estudos, debates relacionados com a questão da pessoa com deficiência no seu aspecto econômico, político e social, para garantir os seus direitos à integração e a sua inclusão social;

c) supervisionar e divulgar o cumprimento da legislação, bem como defender a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência;

d) opinar e acompanhar a elaboração de leis estaduais que tratem dos direitos da pessoa com deficiência;

e) propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

f) propor e incentivar a realização de campanhas visando a prevenção de deficiências;

g) receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias ou reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer discriminação, ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados nas leis e na Constituição Estadual e Federal, exibindo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;

h) acompanhar o planejamento e avaliar a execução, mediante relatórios de gestão, das políticas e programas setoriais de